



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141437 - RJ (2021/0012789-3)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : M B L F  
**ADVOGADO** : FLAVIO PAULO DO VALLE VIEIRA BRAGA NASCIMENTO - RJ130771  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por M B L F contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0080437-28.2020.8.19.0000).

O recorrente foi denunciado pela suposta "prática da conduta tipificada no artigo 214 c/c art. 224, alínea "a" e 226, inciso II, do Código Penal, com redação anterior à lei 12.015/09, na forma do art. 71 do mesmo Código e na forma da Lei 11.340/06" (fl. 18), com posterior pedido de prisão preventiva deferido.

Sustenta que não há fundamentação idônea para a segregação cautelar, em especial quando sopesadas suas condições pessoais favoráveis. Aponta a inexistência dos requisitos para a preventiva e a possibilidade de aplicação de medidas diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que responda o processo em liberdade, sem prejuízo da aplicação de medidas diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que a necessidade da aplicação da medida mais gravosa foi fundamentada, sendo certo que a segregação do paciente teve como base a reiteração de condutas em suposto delito de ato libidinoso diverso da conjunção carnal, uma vez que uma segunda vítima somente teria resolvido denunciar os fatos ocorridos nos idos de 2007 quando soube que seu primo também teria sofrido o mesmo abuso em agosto de 2019, conforme destacou o tribunal em suas razões (fl. 22):

"Mesmo decorridos vários anos desde os episódios noticiados pela vítima desses autos, há demonstração de que o paciente não parou de molestar sexualmente menores de idade, prevalecendo-se das relações de parentesco e da autoridade que sua condição de tio exerce sobre os parentes menores de idade.

[...]

Na hipótese dos autos, a recenticidade de alegada prática de abuso sexual em agosto de 2019 atribuída ao aqui paciente em relação a outro sobrinho menor de idade demonstra bem a necessidade de o manter segregado, revelada que resta uma periculosidade acentuada a exigir do Judiciário postura firme a garantir a ordem pública e a incolumidade de outros menores, alvos escolhidos, em tese, pelo menos por duas vezes, para satisfação da lascívia do paciente.

O entendimento não destoa da jurisprudência do STJ e consequentemente torna sem plausibilidade o pleito liminar no plantão.

A propósito:

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneos os motivos invocados pelo Juízo de primeiro grau para embasar a ordem de prisão, ao demonstrar o fundado risco de reiteração delitiva, uma vez que, além de asseverar a prática de ato libidinoso contra mais de uma vítima - não sendo o abuso inicial fato isolado -, mencionou que, gozando de liberdade provisória, o réu não compareceu a ato processual anterior. Ficou, ainda, registrado que as testemunhas ouvidas aduziram que o acusado "nunca mais compareceu à residência onde os fatos teriam ocorrido, o que fazia de forma semanal anteriormente", fato indicativo de fuga. Essas circunstâncias são suficientes, segundo a jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a custódia cautelar.

[...]

4. A notícia de reiteração de graves atos contra outras crianças autoriza o prognóstico, ainda que sujeito a confirmação, de que o risco de novas práticas lascivas permanece presente. (HC 529.363/SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 21/10/2019.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência